

Economia Brasil

# A boa colheita do esforço fiscal

Já não há dúvida sobre a recuperação da economia brasileira, e os últimos números da indústria, recém-divulgados pela Fiesp e pelo IBGE, confirmam claramente essa tendência. Essa reativação é consequência de vários fatores, como juros em baixa, investimento em alta, comércio externo mais ativo e um consistente influxo de capitais. Tudo isso depende de uma condição fundamental: confiança. Esta é uma das consequências mais importantes do esforço do governo, especialmente a partir do final de 1998, para pôr em ordem as contas públicas brasileiras. Esse empenho produz agora mais um bom resultado. Os ministros da Fazenda e do Planejamento anunciaram, na quarta-feira, uma revisão da meta fiscal para 2001 e a fixação de um alvo para 2002, quando já não estará em vigor o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O superávit primário pretendido para o próximo ano foi reduzido de 3,35% para 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso representará, segundo a estimativa possível neste momento, uma folga de R\$ 4 bilhões no Orçamento-Geral da União de 2001.

Essa revisão se tornou possível porque o

Brasil tem cumprido o programa de estabilização combinado com o FMI. Mas o ponto mais importante não é o cumprimento de um acordo. O entendimento com o Fundo apenas tornou mais fácil uma tarefa indispensável. Seria necessário, de qualquer forma, reduzir o peso da dívida pública nas contas do governo e, por extensão, na economia brasileira. A única maneira sensata de alcançar esse objetivo é criar uma sobra, na condução de receitas e despesas da máquina pública, para pagar juros e ao mesmo tempo conter o endividamento. Aquela sobra é o chamado superávit primário. As metas para o resultado primário foram estabelecidas com esse critério. Isso foi explicado muitas vezes, desde o final de 1998, mas nem sempre a mensagem foi compreendida. A explicação, no entanto, é muito simples: se a dívida pública líquida aumentar mais velozmente que a produção, o governo terá dificuldade cada vez maior para atender a seus compromissos. Os juros



aumentarão, a economia perderá vigor e em breve o Tesouro estará insolvente e o País, afundado em crise.

Para este ano, o governo mantém o objetivo de um superávit primário de 3,25% do PIB para todo o setor público. A dívida líquida do setor público, isto é, a dívida total menos o conjunto de ativos financeiros de todos os níveis da administração, deve cair de 49,32% do PIB, no final de 1999, para 48,09% no encerramento deste ano. Pelo programa adotado há cerca de um ano e meio, essa relação deveria cair para 46,5% em 2001 e 44,43% em 2002. Pelos últimos cálculos, no entanto, será possível chegar a 45,98% no final do próximo ano com menor sacrifício, isto é, com um superávit primário equivalente a 3% do PIB.

Ontem cedo, numa nota divulgada em Washington, o diretor-gerente do Fundo, Horst Köhler, elogiou as novas metas, de modo especial aquela fixada para 2002. Tudo isso, segundo ele, é indicativo do "conti-

nuado compromisso do governo brasileiro com a disciplina fiscal e a estabilidade macroeconômica". Esse compromisso, acrescentou Köhler, é mantido enquanto se abre espaço "para algum gasto adicional em programas sociais".

O governo, de fato, ainda não definiu oficialmente o que fará com a folga estimada em R\$ 4 bilhões. Mais gastos sociais são

**Sem o controle da dívida pública, o crescimento econômico seria travado**

uma boa probabilidade. De toda forma, a melhora da situação fiscal propiciará, além de maior liberdade orçamentária, espaço para novos cortes de ju-

ros e para maior crescimento da produção e do emprego. Boas notícias sobre a saúde da economia tendem a produzir efeitos de realimentação. Acesso mais fácil aos financiamentos internacionais será uma das consequências prováveis – e um reforço importante para o círculo virtuoso que apenas começa a caracterizar-se.